



SINTAXE E SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS

MARIA HENRIQUETA COSTA CAMPOS
MARIA FRANCISCA XAVIER

Maria Henriqueta Costa Campos
Maria Francisca Xavier

SINTAXE E SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS

Universidade Aberta

1991

Copyright

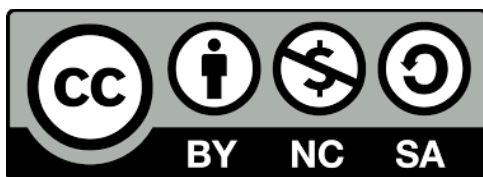


UNIVERSIDADE ABERTA

Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1200 Lisboa

D.L.: 45.193/91

I.S.B.N.: 972-674-072-X



Sintaxe e Semântica do Português

	1. Introdução
13	Objectivos
13	Objectivos gerais
14	Objectivos específicos
	2. Conceitos básicos
17	Tábua de matérias
18	Objectivos
19	Objectivo da Linguística
19	Níveis de representação
21	Definição de objectivos
22	Competência linguística
23	Criatividade linguística
24	Intuição linguística
26	Competência e performance
27	Gramaticalidade e aceitabilidade
29	Criatividade específica da performance
31	O domínio da sintaxe e semântica
32	Frase e enunciado
34	Tópicos de recapitulação geral
34	Referências bibliográficas
	3. A organização de uma gramática
37	Tábua de matérias
38	Objectivos
40	O modelo T
40	A relação entre as componentes da Gramática
49	Tópicos de recapitulação geral
50	Referências bibliográficas
	4. Sobre funções gramaticais
53	Tábua de matérias
54	Objectivos
55	Conceitos tradicionais e definições formais

68	Conceitos formais utilizados
72	A teoria da regência
73	Comando de constituinte
75	A ordem de constituintes
77	A ordem de constituintes transformada
79	Tópicos de recapitulação geral
79	Referências bibliográficas

5. Relações semânticas e papéis temáticos

83	Tábua de matérias
84	Objectivos
85	A grelha temática dos predicados lexicais
90	Papéis temáticos
94	Alguns primitivos semânticos
95	Verbos agentivos e não agentivos
99	A hierarquia temática
102	Verbos psicológicos
103	Tópicos de recapitulação geral
104	Referências bibliográficas

6. A Sintaxe X-Barra

107	Tábua de matérias
108	Objectivos
110	O esquema X-Barra
111	A estrutura dos sintagmas
116	A estrutura do SN
116	O núcleo do SN
122	Complementos e adjuntos
138	A estrutura do SV
138	O núcleo do SV
139	Complementos e adjuntos
147	A estrutura do SC
147	O núcleo do SC
148	O complemento e o especificador
154	Tópicos de recapitulação geral
154	Referências bibliográficas

7. Léxico e sintaxe

159	Tábua de matérias
160	Objectivos
165	Atribuição dos papéis temáticos
166	Argumento externo e argumentos internos
170	O caso estrutural e o caso inerente
172	Os casos estruturais
178	A hipótese inacusativa
186	Os casos inerentes
189	A classificação verbal
191	Algumas entradas lexicais
191	Os verbos
204	Nomes, adjectivos, advérbios e preposições
211	Tópicos de recapitulação geral
211	Referências bibliográficas

8. Estrutura semântica do enunciado

217	Tábua de matérias
218	Objectivos
219	Sentido e referente
219	Sentido e sistema
221	Referência e enunciação
222	O referente do enunciado
223	Sobre a referência
223	Expressões referenciais e expressões predicativas
224	Expressões definidas e expressões indefinidas
225	Uso referencial e uso atributivo de expressões indefinidas
226	Ambiguidade referencial
227	Expressões definidas
229	Referente e valor referencial
230	Tópicos de recapitulação geral
231	Referências bibliográficas

9. Estrutura semântica do léxico

235	Tábua de matérias
236	Objectivos
237	Antonímia coplementar
240	Antonímia graduável
243	Antonímia conversa
245	Hiponímia
247	Relações parte-todo
250	Tópicos de recapitulação geral
250	Referências bibliográficas

10. Algumas estruturas sintácticas do português

253	Tábua de matérias
254	Objectivos
255	A construção interrogativa
255	A interrogativa total
256	A interrogativa total directa
257	A interrogativa total indirecta
258	A interrogativa parcial
259	A interrogativa parcial directa
261	A interrogativa de complemento directo
266	A interrogativa de sujeito
268	A interrogativa de complemento indirecto
269	A interrogativa de adjunto circunstancial
271	A interrogativa parcial indirecta
274	A construção relativa
276	Distribuição das construções relativas
276	A construção relativa sujeito
278	A construção relativa complemento directo
279	A construção relativa complemento indirecto
280	A construção relativa adjunto circunstancial
282	A estrutura interna das orações relativas
286	A teoria do movimento e a teoria da ligação
290	Tópicos de recapitulação geral
290	Referências bibliográficas

11. Construção de valores referenciais de algumas categorias gramaticais do português

293	Tábua de matérias
294	Objectivos
302	Valores aspectuais-temporais
302	Tempos gramaticais e referência temporal-aspectual
307	Adverbiais de tempo
309	Adverbiais de localização temporal
311	Adverbiais de localização aspectual
312	Natureza aspectual da relação predicativa
314	Eventos
317	Estados e actividades
320	A tipologia de Vendler
322	Relações predicativas e adverbiais de realização
324	Interdependência na construção do valor aspectual
327	Particularidades aspectuais de alguns tempos gramaticais do português
327	Pretérito perfeito simples
331	Pretérito perfeito composto
338	Valores modais
339	Tipos de modalidade
339	Modalidade epistémica
341	Modalidade apreciativa
342	Modalidade intersujeitos
343	A interrogação
343	A interrogação total
345	A interrogação parcial
347	A interrogação retórica
349	O conceito de pré-construído
351	As construções relativas
352	A construção causal marcada por 'já que'
354	Em guisa de introdução
355	Tópicos de recapitulação geral
356	Referências bibliográficas

12. Alguns aspectos particulares da construção da referência

359	Tábua de matérias
360	Objectivos
361	Referência anafórica
364	Referência actual e referência virtual
365	Anáfora contextual
365	Anáfora pronominal

366	Anáfora nominal
368	Anáfora lexical
371	O especificador do anafórico nominal
373	Correferência e anáfora
374	Alguns tipos diferentes de relação anafórica
377	Referência deíctica
378	Referência deíctica e referência anafórica
379	Tópicos de recapitulação geral
379	Referências bibliográficas
381	Bibliografia geral

2. Conceitos básicos

TÁBUA DE MATÉRIAS

2. **Conceitos básicos**

Objectivos

2.1 **Objectivo da linguística**

2.1.1 Níveis de representação

2.1.2 Definição de objectivos

2.2 **Competência linguística**

2.2.1 Criatividade linguística

2.2.2 Intuição linguística

2.3 **Competência e performance**

2.3.1 Gramaticalidade e aceitabilidade

2.3.2 Criatividade específica da performance

2.4 **O domínio da sintaxe e semântica**

2.4.1 Frase e enunciado

2.5 **Tópicos de recapitulação geral**

Referências bibliográficas

Objectivos

No final desta unidade introdutória, os alunos deverão:

- conhecer os objectivos e o objecto da linguística
- distinguir gramática implícita e gramática explícita
- dominar o conceito de competência linguística, aproximando-o do de gramática implícita
- reconhecer a existência de diversas componentes no interior da competência linguística
- dominar os conceitos de criatividade linguística e de intuição linguística, consciencializando a sua importância na actividade da linguagem
- distinguir os conceitos de competência e de performance, associando-os aos conceitos de gramaticalidade e de aceitabilidade, respectivamente
- distinguir os conceitos de criatividade linguística e de criatividade «artística» no domínio da actividade da linguagem
- conhecer os objectivos e o objecto da disciplina de Sintaxe e Semântica

Os conceitos introduzidos nesta unidade visam constituir um enquadramento global para qualquer tipo de abordagem teórica em linguística. Com a mesma preocupação, far-se-á na parte final a especificação do objecto sobre o qual iremos trabalhar na cadeira de Sintaxe e Semântica.

2.1 Objectivo da linguística

No âmbito da cadeira de **Sintaxe e Semântica do Português**, o objecto de análise é delimitado de acordo com as seguintes definições, para as quais nos baseamos em Culioli (1982 e 1990, entre outros)¹:

¹ Ver Culioli, 1990, nos Textos Complementares.

- a **linguística** é a ciência que estuda a **linguagem** apreendida através da diversidade das suas manifestações nas diferentes **línguas naturais** (isto é, humanas);
- a **linguagem** — faculdade humana universal — é uma actividade significante de representação, simultaneamente de produção e de reconhecimento de formas.

O objecto da linguística apresenta-se assim como um objecto duplo: constituem-no, por um lado, formas, isto é, **sequências linguísticas** em cada uma das línguas naturais, particulares e variáveis; por outro lado, a **actividade da linguagem** subjacente às manifestações nessas línguas.

Como relacionar linguística, linguagem e línguas naturais?

2.1.1 Níveis de representação

Na relação entre linguística, linguagem e línguas naturais, Culioli (1982) propõe um esquema de níveis de representação, que é adequado a qualquer modelo teórico descritivo-explicativo, isto é, a qualquer modelo cuja preocupação última seja o conhecimento da actividade da linguagem subjacente às línguas naturais.

Na prossecução do seu objectivo — estudo do objecto bifacetado atrás definido — o linguista tem em conta três **níveis de representação**. No nível 1, a que o linguista não tem acesso, situam-se representações abstractas e mecanismos, constituindo a actividade da linguagem. Desta actividade resultam sequências linguísticas, que são observáveis, e que constituem o nível 2 de representação. O linguista tem, portanto, acesso ao nível 2 (representação linguística). A partir da observação das sequências linguísticas são formuladas hipóteses sobre o nível 1. Estas hipóteses, perante novos dados linguísticos, são avaliadas e reformuladas, sendo assim construído um sistema de representações metalinguísticas (nível 3) que dê conta da relação entre as sequências do nível 2 e as representações e mecanismos do nível 1. O sistema de representações metalinguísticas visa, portanto, simular a actividade da linguagem.

Vamos desenvolver um pouco o conceito de representação, a fim de o tornar mais claro.

Na classificação que acabámos de propor, o nível 1 é concebido como sendo de grande complexidade. Por hipótese, as representações abstractas, de natureza cognitiva, e os mecanismos que aí se situam são biologicamente determinados e desenvolvem-se a partir do contacto que temos, desde a infância, com o mundo que nos rodeia — incluindo connosco próprios. Os mecanismos do nível 1 podem, de acordo com o enquadramento teórico, corresponder a princípios, operações ou parâmetros, comuns a todas as línguas, mas que se combinam e manifestam diferentemente em cada língua ou grupo de línguas.

As representações abstractas de uma mesma porção do mundo, real ou imaginário, não coincidem geralmente nas diferentes comunidades linguísticas, e podem até não coincidir para os diferentes membros de uma mesma comunidade linguística. Por exemplo, quando o locutor X diz ao seu interlocutor Y: *Para mim isso não é um jardim* ou *Vejo que temos noções diferentes do que é um jardim*, encontra-se a mesma palavra — *jardim* — a representar linguisticamente duas representações abstractas diferentes (a representação de X e a de Y) de um mesmo objecto extralinguístico.

No exemplo apresentado, uma palavra — *jardim* — é o representante linguístico de representações cognitivas de um objecto, real ou imaginário, exterior à língua. Uma frase seria o representante linguístico da representação cognitiva de uma relação entre objectos, de um acontecimento, por exemplo.

Em síntese, as diferentes formas linguísticas são representações (linguísticas) de representações abstractas que se manifestam através de representações observáveis: linguísticas, neste caso, mas também pictóricas, gestuais, tácteis, etc.

É importante sublinhar a não univocidade da correspondência entre as representações do nível 1 e os seus representantes no nível 2. Uma forma linguística pode representar diferentes representações cognitivas, tal como a uma representação cognitiva pode corresponder uma classe de formas. Esta correspondência não unívoca justifica que se recuse considerar as línguas naturais como nomenclaturas ou, sequer, como códigos.

Quanto à representação metalinguística (nível 3), ela visa representar, tão univocamente quanto possível, a estrutura dos elementos do nível 2. Ora essa estrutura resulta de representações abstractas e mecanismos que constituem a actividade da linguagem (nível 1). Portanto, por hipótese, as representações do nível 3 representam a relação entre as representações do nível 1 e as do nível 2. Uma representação fonológica — /kazã/, por exemplo —, é a representação metalinguística da relação entre o nível 1 e o nível 2 (representação linguística -*casa*), no domínio da Fonologia. A análise sintáctica da frase *a Ana chegou hoje* em três partes — *a Ana* é o sujeito, *chegou* é o predicado, *hoje* é o complemento circunstancial de tempo — é uma representação metalinguística no domínio da gramática tradicional. Outros tipos de representação metalinguística

guística no domínio da Sintaxe e Semântica são a matéria desta cadeira e serão apresentados nas unidades que se seguem.

A relação entre a observação de dados linguísticos e a teorização traduz-se numa constante formulação e reformulação de hipóteses. Essa relação mostra que nenhum sistema de representações metalinguísticas é definitivo. O objectivo de explicitar — descrever e explicar — conjuntos de dados cada vez mais vastos levará necessariamente à avaliação e, em consequência, à reformulação de hipóteses inicialmente formuladas, ainda que estas fossem adequadas aos dados analisados numa primeira fase. O linguista não pretende acumular a observação de dados mas construir hipóteses teóricas que se sucedem, cada vez mais gerais.

Se, para uma língua L, consideramos que se situa no nível 1 o conhecimento implícito — a **gramática implícita** — que permite aos falantes-ouvintes de L produzir (ou emitir) e reconhecer (ou interpretar) as sequências sonoras e gráficas nessa língua (nível 2), situar-se-á no nível 3 o modelo que simula aquele conhecimento, isto é, a **gramática explícita** de L.

2.1.2 *Definição de objectivos*

O objectivo da linguística é, portanto, a partir da observação de objectos da língua L constituídos como observáveis, construir um sistema de representações — uma gramática explícita de L — que seja o modelo da gramática implícita subjacente à produção/reconhecimento dos objectos observados.

O objectivo último da linguística será construir uma teoria linguística que, constituída por princípios abstractos de natureza exclusivamente metalinguística, explicita a actividade da linguagem, e, simultaneamente, dê conta do funcionamento de cada uma das línguas particulares.

A concepção dessa teoria linguística geral não é idêntica em todos os quadros teóricos. Para a escola generativista de Chomsky, por exemplo, trata-se de uma **gramática universal**, isto é, de uma metateoria que determina a organização das gramáticas particulares possíveis e condiciona o próprio processo de aquisição da linguagem:

Podemos considerar a gramática universal como o sistema de princípios que caracteriza a classe de gramáticas possíveis, especificando a forma como as gramáticas particulares são organizadas (...).¹

É importante ter em mente que a gramática universal não é uma gramática, mas uma teoria das gramáticas, uma espécie de metateoria ou esquematismo para a gramática.²

¹ Chomsky 1979: 180.

² *Idem*: 183.

Para outros linguistas, a complexidade da actividade da linguagem não permite conceber uma gramática universal. A construção de uma teoria linguística geral privilegia, neste caso, a busca de **invariantes da linguagem**, estabelecidos a partir da observação de línguas naturais tão diversas quanto possível.

Para Culioli, por exemplo, no conjunto das «configurações específicas» de cada língua

existe um subconjunto que, efectivamente, pode ser reduzido a um certo número de categorias, de esquemas, de relações, de termos primitivos, de operações, de encadeamentos de operações que permitem isolar invariantes que se encontram subjacentes à actividade da linguagem, quaisquer que sejam as línguas que se consideram.¹

¹ Culioli 1990: 15.

Por um lado, digo que o objecto da linguística é a actividade da linguagem (ela própria definida como operações de representação, de referência, de regulação), por outro lado, digo que essa actividade não a podemos apreender, a fim de estudar o seu funcionamento, a não ser através de configurações específicas.²

² *Idem*: 14.

Desclés defende a existência de invariantes fundamentais da linguagem, que seriam operações elementares:

O que varia de língua para língua não são as operações mas o encadeamento dessas operações (...). Através dessas diferenças de encadeamento pode explicar-se a diversidade das categorias linguísticas e a especificidade de cada língua.³

³ Desclés 1982: 56.

Mas, para Desclés a concepção de invariantes da linguagem

não está necessariamente em contradição com os «universais formais» que são, lembremo-lo, restrições formais (...). É perfeitamente possível que haja restrições formais e gerais sobre certos encadeamentos de operações elementares.⁴

⁴ 1988: 39.

2.2 Competência linguística

A gramática da língua L será, então, um conhecimento global abrangendo diversos domínios — Fonologia (ou estudo dos sons da língua), Morfologia (ou estudo da constituição das palavras), Sintaxe (ou estudo da organização das sequências linguísticas maiores que a palavra), Semântica (ou estudo da significação linguística). O conhecimento nos diversos domínios converge para a produção e reconhecimento de sequências gramaticais — isto é, expressões bem-formadas — da língua L. O conhecimento global é a **competência gramatical** (ou **competência linguística**) dos falantes-ouvintes de L e pode ser analisado nas suas diversas componentes.

Assim, qualquer falante-ouvinte do português reconhece a gramaticalidade das sequências (2) a (6):

- (2) o rapaz está no jardim
- (3) a minha cadela teve dois cãezinhos
- (4) o rapaz desmaiou
- (5) o rapaz colocou o livro sobre a mesa
- (6) troca-me esta nota de mil para eu pagar a portagem

Mas reconhece também a **não-gramaticalidade** (ou **agramaticalidade** ou **má-formação**) das sequências seguintes:

- (7) *o rapaz está em o jardim
- (8) *a minha cadela teve dois cãozinhos
- (9) *o rapaz desmaiou o bolo
- (10) *o rapaz o deu livro lhe
- (11) *o rapaz colocou
- (12) *o livro desmaiou
- (13) ?destroca-me esta nota de mil para eu pagar a portagem

A não-gramaticalidade destas sequências resulta de diferentes tipos de subversão. Estas são do domínio da **competência morfofonológica** (exs.(7) e (8)), da **competência sintáctico-semântica** (exs.(9), (11) e (12)), da **competência sintáctica** (ex.(10)), da **competência morfo-semântica** (ex.(13)).

Quanto à não-gramaticalidade de (14), ela é estritamente do domínio da **componente semântica**, pois resulta da incompatibilidade entre os valores modais dos dois membros que constituem a sequência:

- (14) *eu sei que ele está em casa mas pode não estar

No primeiro membro — *eu sei que ele está em casa* —, o locutor assume a responsabilidade pela verdade da afirmação de que «ele está em casa»; no segundo membro — *(mas) pode não estar* —, o mesmo locutor, na mesma situação de enunciação, rejeita qualquer responsabilidade sobre a verdade da mesma afirmação.

Há ainda sequências cujo carácter anómalo tem origem em factores de natureza extralinguística e não em factores gramaticais. A sequência (15) é gramaticalmente bem-formada:

- (15) vou hoje ao casamento da tua prima que nasceu o ano passado

Esta frase será, porém, recebida com estranheza, ou até dificilmente interpretável, em comunidades em que o casamento só é permitido depois de uma determinada idade. As razões para as dificuldades de compreensão de uma frase como (15) são, portanto, de ordem cultural e não do domínio de qualquer das componentes da gramática.

2.2.1 *Criatividade linguística*

As sequências gramaticais da língua L são, por hipótese, geradas (ou explicitadas) de acordo com princípios gerais, comuns a todas as línguas, e que se manifestam de forma particular na língua L. Este conjunto de princípios, na sua manifestação em L, constitui o conhecimento implícito que o falante-

-ouvinte de L tem da sua própria língua. É a sua competência linguística, e permite-lhe produzir (enquanto locutor) e reconhecer (enquanto ouvinte) um número infinito de frases de L, ainda que nunca as tenha ouvido, ou que tais frases nem sequer tenham jamais sido produzidas.

Esta característica da linguagem humana — a capacidade que o homem tem de, em situações novas, reagir linguisticamente de forma adequada, quer produzindo, quer interpretando frases novas — é a **criatividade linguística**.

Uma tal característica do homem determina a rejeição da hipótese segundo a qual a imitação estaria na base da aquisição da linguagem. A ser assim, com efeito, a criança limitar-se-ia a repetir aquilo que ouve, e não poderia produzir/reconhecer enunciados com os quais não tivesse contactado previamente. Ora a experiência mostra que qualquer criança normal adquire a competência da língua da comunidade em que vive na fase da sua aquisição da linguagem, ainda que só tenha tido contacto com dados linguísticos pobres, qualitativa e quantitativamente. A partir desses dados, a criança vai elaborando sucessivos sistemas linguísticos que constituem a sua competência em evolução.

Procurando explicar a criatividade linguística, Chomsky põe a hipótese de o homem ser dotado de um mecanismo de aquisição da linguagem inato (isto é, geneticamente determinado), que constituiria uma gramática universal¹:

A tarefa da criança que aprende uma língua é escolher, de entre as gramáticas fornecidas pelos princípios da gramática universal, aquela gramática que é compatível com os dados limitados e imperfeitos que lhe são apresentados.²

¹ Ver ponto 2.1

² Chomsky 1979: 180.

2.2.2. *Intuição linguística*

Determinada pela sua competência, o falante-ouvinte de L possui uma **intuição linguística**, que é a capacidade de emitir juízos, por um lado, sobre a gramaticalidade (isto é, sobre a boa ou má-formação) das sequências de L, por outro lado, sobre a estrutura dessas sequências.

Graças à intuição linguística — que é uma actividade metalinguística não-consciente —, o falante-ouvinte do português pode, por exemplo, afirmar, sem muitas vezes saber explicar a razão, que as sequências (16a) e (17a) são frases do português, mas as sequências (16b) e (17b) não o são:

(16)a. comprei uma bela mesa para o jardim

b. *comprei uma redonda mesa para o jardim

(17)a. esta semana tenho ido ao cinema todos os dias

b. *a semana passada tenho ido ao cinema todos os dias

A intuição linguística dos falantes-ouvintes do português permite-lhes igualmente afirmar que, nas seguintes orações coordenadas, os sujeitos são correffe-

rentes (isto é, referem o mesmo indivíduo) em (18a) e não são correferentes em (18b):

- (18)a. o Gil entrou e tirou o chapéu
b. o Gil entrou e ele tirou o chapéu

É ainda a intuição linguística que, nas frases seguintes:

- (19) o Gil telefonou
(20) uma zebra que nasceu há dois dias gosta de leite com morango

permite aos falantes-ouvintes do português agrupar numa mesma categoria expressões tão diferentes como *o Gil* e *uma zebra que nasceu há dois dias*, agrupar numa outra categoria as expressões *telefonou* e *gosta de leite com morango*, e não agrupar em nenhuma categoria sequências como *zebra que nasceu há e leite com*.

E, finalmente, é também a intuição linguística, enquanto capacidade de analisar a estrutura das sequências linguísticas, que está na origem, por exemplo, de determinado tipo de jogos humorísticos sobre a língua:

- (21) A: Agradeço-lhe muito o favor que me fez.
B: Por quem é!
A: Pelo Sport Lisboa e Benfica.

O jogo, neste exemplo extraído do programa *Casino Royal*¹, consiste em reconstruir uma nova interpretação sintáctica e prosódica da fala de B. Mantém-se a sequência — *por quem é* —, mas retira-se-lhe o carácter de expressão fixa, pela segmentação nos seus diversos elementos, que são interpretados, isolada e globalmente; abstrai-se da curva entonacional associada à exclamativa, e atribui-se à sequência valor interrogativo, de acordo com a respectiva ordem das palavras — *por quem é!* passa a ser *por quem é (você)?*.

No exemplo (22), apresentado em J. Milner², encontra-se o caminho inverso na reinterpretação sintáctica e prosódica:

- (22) A: A quoi sert un syphon?
B: Mais à faire tourner les marionettes: ainsi font, font, font...

Como acima foi dito, a intuição linguística é associada à competência do falante-ouvinte, isto é, não diz respeito apenas ao falante ou apenas ao ouvinte. Como qualquer produto da actividade da linguagem, o jogo só atinge o objectivo visado pelo falante se for reconhecido como tal pelo ouvinte.

O conceito de intuição linguística desempenha um papel muito importante na investigação do linguista. Ao pretender colocar hipóteses a partir da análise do corpus de uma língua, o linguista integra necessariamente os dados fornecidos pela intuição dos falantes-ouvintes nativos dessa língua (incluindo ele próprio, ao trabalhar a sua língua materna).

¹ Herman José, RTP 1990.

² J. Milner 1979: 102.

2.3 Competência e performance

É necessário distinguir entre a competência linguística do falante-ouvinte de L e a utilização efectiva dessa competência em situações concretas. Essa utilização efectiva — a **performance** — não depende exclusivamente da competência linguística. Há factores de natureza extralinguística que interagem com a competência na determinação da performance. Daí resulta que a uma mesma competência linguística podem corresponder performances qualitativamente diferentes.

Observemos uma performance que poderemos considerar pouco perfeita se tomarmos como referência um «falante-ouvinte ideal» (isto é, um falante-ouvinte que vive «numa comunidade linguística completamente homogénea, que conhece a sua língua perfeitamente e não é afectado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e interesse, e erros (acidentais ou característicos) na utilização do seu conhecimento da língua na performance efectiva»¹. Encontram-se nessa «performance imperfeita» dois tipos de «erros»: os que têm origem na própria competência do falante ou do ouvinte, e os que são motivados por alguns dos factores extralinguísticos que intervêm na performance.

¹ Chomsky 1965: 3.

Vejam os exemplos do primeiro caso:

- (23)i. em determinada fase de aquisição do sistema verbal da sua língua materna, muitas vezes a criança constrói formas verbais regulares — guiando-se pelo modelo de flexão verbal que domina na altura — apesar de essas formas, de acordo com a norma, serem irregulares: *fazi por fiz, *dizi, por disse;
- ii. é frequente, em adultos e crianças, a cliticização do objecto directo (o, a, etc.) de determinados verbos, num processo que não segue as normas gramaticais: *eu puse-a por eu pu-la, *nós pusémo-se-a por nós pusémo-la;
- iii. violando também as regras gramaticais, ocorre um outro processo de cliticização, talvez mais raro, mas igualmente interessante: *habitamos-se (a isso) por habitamo-nos (a isso). Aqui, na origem da substituição da forma nos pela forma se, parece estar o conhecimento do valor reflexivo que ambas as formas podem assumir;
- iv. um último exemplo ainda, agora no domínio do léxico: a utilização do verbo *destrocar*, não com o sentido corrente de «desfazer uma troca» mas com o mesmo sentido que tem o verbo *trocar*²; ou a criação de formas como *descontrariar e *desinfeliz em substituição de *contrariar* e *infeliz*, respectivamente. Na competência destes falantes, há, aparentemente, uma consciência forte do valor negativo do prefixo *des*, necessário para transmitir a ideia de «separação, acção contrária»³, que eles não reconhecem no sentido dos verbos *trocar* e *contrariar* e do prefixo *in*⁴.

² Ver exs. (6) e (13), acima.

³ Cunha e Cintra 1984: 87.

⁴ Note-se que a 14.ª edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo dá como um dos sentidos de **destrocar** «o mesmo que trocar».

Pertencem ao segundo tipo de erros os lapsos, em alguns casos a falta de acordo gramatical ou a alteração da ordem básica dos constituintes da frase em português¹, e, em geral, todos os erros motivados por cansaço, distração, limitações de memória, por dificuldades articulatórias ou auditivas, etc. Nestes erros, que são caracteristicamente da performance, é frequente o locutor ou o ouvinte procurarem prontamente corrigir-se.

¹ Ver ponto 4.4

2.3.1 Gramaticalidade e aceitabilidade

A performance não é, portanto, um reflexo fiel da competência. Para que uma sequência, numa situação concreta, seja **aceitável**, isto é, seja perfeitamente produzida e compreendida, não basta que ela seja gramatical. A gramaticalidade de uma sequência é condição necessária, mas não suficiente, para a sua **aceitabilidade**. Perturbações de memória, nervosismo, cansaço, dificuldade de concentração, gaguez, deficiência auditiva (em situação de oralidade), deficiência visual (sobretudo em situação de escrita), ruído exterior, e muitos outros factores de natureza física ou psíquica podem ser responsáveis por performances com diferentes graus de aceitabilidade, podendo mesmo atingir a inaceitabilidade.

Gramaticalidade e aceitabilidade são conceitos bem distintos. A gramaticalidade, associada à competência do falante-ouvinte, é independente de toda a utilização efectiva — isto é, da performance. A aceitabilidade, associada à performance, depende do tipo de situação — ou situação de produção (falante), ou situação de reconhecimento (ouvinte) — uma vez que podem ser diferentes os factores extralinguísticos que, num caso ou noutro, condicionam a performance.

A teoria linguística aqui apresentada é uma teoria da competência e não uma teoria da performance. Esta exigiria, para além de uma prévia teoria da competência, um estudo de todos os outros factores que interferem na performance, e que não são do domínio da linguística. Uma teoria da utilização efectiva da competência teria de incluir, entre outros, um modelo da produção (locutor) e um modelo do reconhecimento (ouvinte).

Apenas levantaremos uma questão: será possível relacionar gramaticalidade e aceitabilidade? Será possível associar a determinados tipos de estrutura a fraca aceitabilidade ou mesmo a inaceitabilidade de algumas frases gramaticais?

Vejam os exemplos. A frase seguinte é perfeitamente gramatical e aceitável:

(24) o rapaz de quem o professor falou conseguiu o emprego

A expressão nominal *o professor* refere um determinado indivíduo. Pode, porém, ser necessário que o locutor de (24) especifique melhor essa referência: «de entre os professores de um grupo determinado, é aquele que o director

convidou». Recorro, então, a uma relativa restritiva (em relação à qual a expressão *o professor é* antecedente). Obtém-se assim uma nova frase, tão gramatical como a primeira, mas cuja aceitabilidade diminui, sendo mesmo considerada inaceitável por muitos falantes-ouvintes do português:

(25) ?o rapaz de quem o professor que o director convidou falou conseguiu o emprego

E, apesar de este tipo de estrutura estar de acordo com a competência linguística do falante-ouvinte do português, a inaceitabilidade seria indiscutível se, continuando o **processo de recursividade** (isto é, de repetição da mesma estrutura), fossem introduzidos novos encaixes de relativas:

(26) ??o rapaz de quem o professor que o director que o reitor nomeou convidou falou conseguiu o emprego

Como exemplo de outra estrutura que pode estar na origem de frases inaceitáveis, considere-se a frase seguinte:

(27) considero o rapaz inteligente

Ao especificar a referência da expressão *o rapaz* através do encaixe de uma relativa, obtém-se uma expressão nominal muito longa (ou pesada). Torna-se assim difícil a compreensão da frase, sendo, portanto, reduzida a sua aceitabilidade:

(28) ?considero o rapaz que fez esta intervenção brilhante na conferência de imprensa inteligente

Regras que parece serem básicas em muitas das línguas que têm sido descritas resolvem esta dificuldade: a expressão nominal longa (*o rapaz que fez esta intervenção brilhante na conferência de imprensa*) é deslocada para a direita da expressão adjectival (*inteligente*) que predica sobre a expressão nominal:

(29) considero inteligente o rapaz que fez esta intervenção brilhante na conferência de imprensa

Note-se que a deslocação para a direita incide sobre qualquer tipo de expressão longa, e não somente sobre uma expressão nominal. Damos um segundo exemplo, em que a expressão deslocada é o objecto directo frásico de um verbo-enunciativo:

(30)a. o suspeito disse a verdade ao inspector

b. ?o suspeito disse que tinha passado a noite a cantar fados ao inspector

c. o suspeito disse ao-inspector que tinha passado a noite a cantar fados

Vimos atrás que, quanto à gramaticalidade, uma sequência ou é gramatical ou é não-gramatical. Quanto à não-gramaticalidade, pode considerar-se, porém, que há vários graus. Observando as sequências (31a) a (31d), verificamos que a primeira é gramatical — é uma frase — e que as restantes três são mal-formadas, isto é, não são frases do português:

- (31)a. o rapaz aprecia o livro
- b. *o rapaz amedronta o livro
- c. *o rapaz desmaia o livro
- d. *o rapaz cão o livro

Verifica-se também que a má-formação é maior em (31d) do que em (31c), e maior em (31c) do que em (31b). Adiante será dada uma explicação formal para estes diferentes graus de má-formação¹. Limitamo-nos a constatar agora:

¹ Ver unidade 7.

- (32)i. que a não-gramaticalidade é mais grave na frase (31d), em que, no lugar da categoria lexical Verbo, que se esperaria encontrar relacionando as expressões nominais *o rapaz* e *o livro*, surge uma outra categoria lexical (um Nome);
- ii. que a não-gramaticalidade, embora menor, é ainda bastante grave quando, como em (31c), um verbo intransitivo — *desmaiar* — é usado transitivamente, sem que o objecto directo seja semanticamente da mesma família (por exemplo, *?ele desmaiou um desmaio que parecia fingido*, ou, muito melhor, *sonhei um sonho maravilhoso* ou *ele dormiu um sono reparador*);
- iii. que a não-gramaticalidade é mais ligeira quando, na sua origem, está apenas um traço semântico: no léxico do português, o verbo *amedrontar* selecciona um objecto directo caracterizado pelo traço [+ANIMADO] e não [-ANIMADO], como o que ocorre na sequência (31b)².

² Ver unidade 7.

Quanto à aceitabilidade, parece haver, entre o perfeitamente aceitável e o inaceitável, um contínuo de graus de aceitabilidade. Assim, por exemplo, a frase (24) é perfeitamente aceitável, a frase (25) é menos aceitável e a frase (26) é inaceitável. São determinantes do lugar que a frase ocupa nesse contínuo os factores extralinguísticos já acima referidos, os quais variam de situação para situação, de locutor para locutor, etc.

2.3.2 *Criatividade específica da performance*

Dissemos acima que, para que uma frase seja aceitável, ela tem de ser, antes de mais nada, gramatical. Em determinados tipos de performance, porém, encontram-se frases não-gramaticais que, no entanto, são aceitáveis no contexto particular em que são produzidas. Os seguintes versos de Mário de Sá-Carneiro são disso exemplo:

- (33) As mesas do Café endoideceram feitas ar ...
Caiu-me agora um braço ... Olha, lá vai ele a valsar
Vestido de casaca, nos salões do Vice-Rei ...

A não-gramaticalidade é, neste caso, de natureza sintáctico-semântica: no léxico do português, os predicados *endoidecer* e *valsar* não seleccionam sujeitos caracterizados pelo traço [-ANIMADO], como *mesas* e *braço*, respectivamente. Mas, no contexto literário em que se encontram, aqueles versos podem receber interpretações que correspondem a um contínuo de aceitabilidade.

O texto literário fornece, tradicionalmente, exemplos de sequências não-gramaticais que são, no entanto, interpretáveis no universo construído. No seguinte exemplo extraído do texto *E agora, José?*, de José Cardoso Pires, encontramos sequências sem dúvida não-gramaticais no quadro de uma gramática do português, mas que o leitor integra de forma harmoniosa na significação por ele reconstruída:

- (34) Este é o modo José de rosnar a vida

Descontextualizada, a sequência (34) levar-nos-ia a rejeitar a sua aceitabilidade. No léxico do português, a palavra *José* não faz parte da classe das palavras que modificam o nome *modo*. A essa classe pertencem adjetivos como *simples*, *complicado*, *suave*, *divino*, e tantos outros. Mas *José*? No entanto, esta palavra é ali um adjetivo (introduzido por letra minúscula e não letra maiúscula, como, por exemplo, no título da obra). Que será *um modo José*? É o universo construído pela própria obra que, dando a cada leitor uma resposta (isto é, uma interpretação) confere aceitabilidade àquela sequência.

Sobre a não-gramaticalidade resultante da ocorrência de um objecto directo (*a vida*) seleccionado por um verbo que é intransitivo (*rosnar a vida*) poderíamos fazer um comentário semelhante. Em ambos os casos, a não-gramaticalidade é de natureza sintáctico-semântica.

Também no texto publicitário se encontram fenómenos de não-gramaticalidade que, no contexto em que são produzidos, podem ser aceitáveis:

- (35) É tão Natal no Pão de Açúcar!

O nome *Natal*, que, de acordo com o seu valor no léxico do português, refere uma determinada data festiva, surge, em (35), quantificado como a expressão de uma propriedade graduável¹, numa sequência que não hesitaríamos em etiquetar de não-gramatical (**pouco Natal*, **tão Natal*, **muito Natal*). No contexto linguístico exclamativo em que se integra, essa sequência é associada a valores de alto-grau, particularmente interpretáveis em determinado contexto situacional (época do ano em que o anúncio é produzido, referência a um lugar em que se podem comprar as prendas tradicionalmente associadas a essa época, etc.). E, assim, torna-se interpretável em diversos graus, e, portanto, aceitável, uma sequência anómala sintáctica e semanticamente.

¹ Ver ponto 9.2

Introduzimos atrás, associado ao conceito de competência linguística, o conceito de criatividade que, respeitando os princípios e regras constitutivos da gramática de uma língua, permite produzir e reconhecer um número infinito de frases dessa língua. Além desta criatividade, que é característica da actividade da linguagem humana, encontramos na performance, como vimos, um outro tipo de criatividade. Mas esta última pode ser transgressora de princípios e regras, como exemplificam os versos de Sá-Carneiro em (33), a frase de Cardoso Pires em (34) e o anúncio publicitário em (35). Este tipo de criatividade associado à performance faz parte do que se designa habitualmente por **criatividade artística**.

2.4 O domínio da sintaxe e semântica

Definimos atrás, como um dos objectivos da linguística, a construção, para a língua L, de uma gramática explícita, ou seja, de um modelo do conhecimento global que constitui a competência linguística dos falantes-ouvintes de L. Nesse conhecimento podem distinguir-se, como vimos, diversos domínios, dos quais a Sintaxe e a Semântica são os que dizem respeito mais directamente a esta cadeira.

Metodologicamente, enquanto componentes da linguística, a sintaxe e a semântica constituem domínios distintos. Geralmente, porém, no trabalho sobre as línguas naturais os dois domínios interpenetram-se. Com efeito, o objecto de estudo privilegiado da cadeira de Sintaxe e Semântica é a sequência linguística subjacente à qual se encontra pelo menos uma **proposição** (isto é, uma estrutura abstracta constituída por uma relação entre um predicado e os seus argumentos)¹. A proposição exprime um **estado de coisas** — real ou imaginário, concreto ou abstracto — que, na acepção mais lata do termo, pode ser definido como uma relação («comprar», «estar») entre objectos («rapaz» e «livro», «rapaz» e «cinema») — <comprar, rapaz, livro>, <estar, rapaz, cinema> — ou como uma propriedade («(ser) simpático») que caracteriza um objecto («rapaz») — <(ser), rapaz, simpático>.

¹ Ver unidades 3 e 5.

A sequência linguística que deriva de uma proposição é ou uma frase ou um enunciado, e a sua análise exige a convergência de conceitos dos domínios da sintaxe e da semântica. São, por exemplo, factores de natureza sintáctica e semântica que determinam que, da proposição <comprar, rapaz, livro> resulte, entre muitas outras, a sequência *o rapaz comprou um livro*, mas não a sequência *um livro comprou o rapaz*².

² Ver ponto 2.2

Assim, são os seguintes os objectivos fundamentais da nossa cadeira:

- (36)i. analisar os diferentes tipos de estrutura sintáctica da frase em português, partindo do sentido da proposição que lhe é subjacente;
- ii. analisar a construção da significação do enunciado em português, partindo do sentido da proposição que lhe é subjacente. Esta análise

procura explicar as compatibilidades e as incompatibilidades entre os valores que coocorrem na sequência, convergindo para a sua significação global.

Antes de introduzirmos os diferentes tipos de representação metalinguística que constituem este curso, vamos distinguir os conceitos de **frase** e de **enunciado**, procurando tornar clara a utilização que aqui fazemos destes dois termos.

2.4.1 *Frase e enunciado*

Embora designem objectos metalinguísticos teoricamente diferentes, não é raro vermos utilizar, indiferentemente, os termos frase e enunciado. É verdade que, por vezes, podemos aplicar os dois termos a uma mesma sequência linguística, dependendo da perspectiva teórica em que nos situamos. Há casos, porém, em que seria errado fazer tal confusão.

Dissemos atrás que a frase e o enunciado são sequências linguísticas que derivam de uma ou mais proposições. A frase é determinada por princípios que regem a sua boa-formação sintáctico-semântica¹. Podemos dizer que as sequências seguintes são bem-formadas, isto é, são frases do português:

- (37)a. o Gil está a comer um bife
- b. o Gil come um bife
- c. o Gil estava a comer um bife
- d. o Gil estará a comer um bife

Poderemos igualmente afirmar que as sequências (37) são enunciados?

Uma sequência linguística é um enunciado se os valores das **categorias gramaticais** que o afectam — número, género, caso, diatese, tempo, aspecto, modalidade, quantificação, determinação em geral² — permitem localizar o estado de coisas expresso pela proposição em relação ao parâmetro abstracto **Situação de enunciação**³. Esse estado de coisas passa, assim, a ser um acontecimento linguístico construído na e pela enunciação, podendo corresponder ou não a um acontecimento extralinguístico, real ou imaginário, concreto ou abstracto.

Para ilustrar o conceito de enunciado que acabámos de introduzir, observemos as sequências (37). Pode dizer-se que (37a) é um enunciado, uma vez que há construção linguística de um valor de quantificação — trata-se de um acontecimento único («o Gil a comer um bife») — e de um valor temporal — esse acontecimento é localizado temporalmente como simultâneo da própria enunciação.

Quanto a (37b), (37c) e (37d), embora sejam frases bem formadas, não são enunciados. Efectivamente, não podemos, por exemplo, dizer se o aconteci-

¹ Ver unidade 3.

² Na tradição da linguística europeia, designa-se por **categorias gramaticais** as categorias semânticas que, em cada língua, se exprimem basicamente através de um sistema fechado de morfemas gramaticais (incluindo morfemas suprasegmentais e ordem de palavras). Este conceito não se confunde, portanto, com o conceito de categoria gramatical introduzido pela Gramática Generativa.

³ **Situação de enunciação** é um parâmetro enunciativo definido pelos parâmetros enunciativos **Sujeito da enunciação** (ou **Sujeito enunciador**) e **Tempo da enunciação**. Trata-se de parâmetros teóricos abstractos e não de situações, sujeitos ou tempos historicamente determinados.

mento construído é único ou múltiplo, nem podemos localizá-lo temporalmente.

Mas, adequadamente contextualizadas, as sequências (37b), (37c) e (37d) podem fazer parte de enunciados:

- (38)a. o Gil come um bife logo ao jantar
- b. o Gil come um bife quando chega da praia
- c. o Gil estava a comer um bife quando eu cheguei
- d. o Gil estará a comer um bife quando eu chegar

As sequências (38) são enunciados: (38a) corresponde a um acontecimento único, localizado temporalmente como posterior à enunciação; (38b) tem valor iterativo (ou habitual), isto é, corresponde a uma classe de acontecimentos que se repetem regularmente um número indefinido de vezes, sem que qualquer deles seja localizado temporalmente em relação à situação de enunciação; (38c) corresponde a um acontecimento único, localizado temporalmente como simultâneo de um segundo acontecimento (expresso por *quando eu cheguei*), que, por sua vez, é anterior à enunciação; (38d) corresponde a um acontecimento único, localizado como simultâneo de um segundo acontecimento (expresso por *quando eu chegar*), que é posterior à enunciação¹.

¹ Ver ponto 11.1

Mas a sequência (37d) pode também integrar um enunciado com valor múltiplo (correspondendo, neste caso, a uma classe de acontecimentos com valor iterativo, não localizada temporalmente em relação à situação de enunciação):

- (39) o Gil estará a comer um bife sempre que alguém o chamar

Ainda em (39), a forma verbal no futuro pode marcar um valor modal diferente do valor assertivo simples².

² Ver ponto 11.2

Em contexto prosódico adequado, a sequência (37d) pode constituir um enunciado com valor modal diferente do valor assertivo que temos visto até aqui³.

³ Ver ponto 11.2

- (40) (X: Que estará o Gil a fazer a esta hora?)

Y: Estará (talvez) a comer um bife

Falaremos, portanto, de frase quando a análise incidir sobre a estrutura da sequência, independentemente dos valores que a localizam numa situação de enunciação. Falaremos de enunciado quando a análise incidir sobre a construção de valores (de quantificação, tempo, aspecto, modalidade, etc.) que convergem para a construção da significação da sequência, isto é, para a construção de um acontecimento linguístico localizado em relação a um parâmetro abstracto que é a situação de enunciação.

2.5 Tópicos de recapitulação geral

- linguagem e línguas naturais
- gramática implícita e gramática explícita
- competência e performance
- intuição linguística
- gramaticalidade e aceitabilidade
- criatividade
- frase e enunciado

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press (Tradução portuguesa: *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, Coimbra, Arménio Amado Ed. Suc., 1975).
- CHOMSKY, N. 1979. *Language and Responsibility*, New York, Pantheon Books.
- CULIOLI, A. 1982. *Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe*, Université Paris 7, Département d'Études Linguistiques, Laboratoire de Linguistique Formelle.
- CULIOLI, A. 1990. «La linguistique: de l'empirique au formel» in *Pour une linguistique de l'énonciation*, Paris, Ophrys, 9-46.
- CUNHA, C.; L. F. L. Cintra 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DESCLÉS, J.-P. 1982. «Programme interdisciplinaire de traitement formel et automatique des langues et du langage (PITFALL)», *Mathématiques et sciences humaines* 77, 43-91.
- DESCLÉS, J.-P. 1988. «Langage et cognition», *Intellectica* 6, 01-41.
- MILNER, J. 1979. «La voix publique», *DRLAV* 21, 101-107.